

# O VALE DO CÁVADO (NORTE DE PORTUGAL) DOS FINAIS DO III MILÉNIO AOS MEADOS DO I MILÉNIO AC: SEQUÊNCIAS CRONOLÓGICO-CULTURAIS

por

Ana M. S. Bettencourt\*

**Resumo:** Baseados na estratigrafia, nas estruturas, no acervo artefactual, na cronologia radiométrica, nos dados paleoecológicos, e nas mudanças rituais, efectuamos uma proposta de sequência cronológica e cultural para a Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cavado (Norte de Portugal).

**Palavras-chave:** Idade do Bronze; continuidade; descontinuidade.

## 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES (EST. I)

A área do vale do Cávado abrangida por este trabalho (curso médio e inferior) abarca vários concelhos do distrito de Braga, província do Minho, Norte de Portugal.

As fontes arqueológicas que suportam este trabalho são provenientes, em grande parte, de escavações arqueológicas efectuadas pela autora, desde 1989. Utilizámos, também, dados já interpretados e provenientes de escavações de M. Martins. Igualmente de grande utilidade foi a revisão do espólio de escavações antigas efectuadas na região, como as de K. Petruso, no Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), as de C. A. B. de Almeida, no Alto da Torre, Faria e Roriz (Barcelos) e as de M. Martins, no Monte de Santa Marta da Falperra. A este conjunto de dados há, ainda, a acrescentar os provenientes de prospecções e os antigos achados, pelo que a totalidade da informação é heterogénea, desigual, sendo, conseqüentemente, valorizada de forma distinta.

Tendo presente que os critérios de mudança utilizados para dividir este período em diversas fases não são mais do que uma criação abstracta e subjectiva, mas necessária para a arrumação do registo arqueológico, valorizámos a existência de um quadro cronológico exaustivo. Este foi efectuado com base em 59 datas de ra-

---

\* Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Av. Central, 39, 4710 Braga.  
Email: anabett@uaum.uminho.pt

diocarbono, em sequências estratigráficas, no tipo de estruturas e na “cultura material”, na qual privilegiámos os conjuntos cerâmicos e a forma e composição metalúrgica dos artefactos em bronze. Contemplámos, também, as características paleo-ecológicas. Da articulação destes critérios, estabelecemos um quadro cronológico-cultural dividido em três fases: a **Idade do Bronze**<sup>1</sup> que se teria desenvolvido desde a transição do III para o II milénio AC até ao último quartel do II milénio AC, os **Finais da Idade do Bronze** que datámos dos finais do II milénio AC, por volta do séc. XI, até aos finais do 2.º quartel do I milénio AC e a **Transição da Idade do Bronze para a do Ferro** que balizámos desde cerca do séc. VI AC até aos inícios do séc. IV AC, pelo menos nalgumas regiões interiores da bacia do Cávado. Esta última etapa não deve ser considerada como possuindo grande especificidade cultural. Deverá, antes, ser encarada como uma necessidade metodológica que vise perspectivar melhor a fase terminal do Bronze Final.

## 2. A IDADE DO BRONZE (EST. II, III)

Apesar de, à micro-escala, ser possível detectar algumas especificidades na **distribuição espacial dos achados** deste período, tentámos estabelecer algumas regularidades que passamos a explicitar.

Em primeiro lugar, observámos que todas as manifestações deste período (povoamentos, sepulturas, depósitos), se implantam já numa “ecologia de vale”, querendo, com isto, designar locais no seio das planícies de aluvião ou nas bordaduras de grandes vales fluviais e com boas condições de acesso aos mesmos.

Em segundo lugar, verificámos que a maioria dos achados encontram solos, classificados actualmente de classe A, no interior dos seus territórios teóricos de 30m pedestres, embora sempre com fácil acesso aos planaltos de baixa altitude.

Em terceiro lugar, registámos a existência de muitos achados nas proximidades de recursos mineiros metálicos (estanho e volfrâmio) e não metálicos (sal), produto cuja exploração, nesta costa, ainda era comum na Idade Média (B. ALMEIDA, 1979).

Em termos **económicos** os dados paleo-ambientais e arqueológicos permitem aceitar a existência de uma actividade agrícola praticada em vertentes baixas e planaltos de baixa altitude, certamente apoiada pelo uso de um arado ligeiro. A agricultura em locais de baixa altitude, seria possível atendendo a que nesta fase do Sub-boreal, as terras baixas dos vales seriam menos húmidas, menos pesadas e menos difíceis de revolver e trabalhar.

Em relação à metalurgia do bronze, sabemos que esta se praticou na região, no 2.º quartel do II milénio AC, pelo menos, no povoado da Sola IIB (Braga), onde ocorreram pingos de fundição, cadinhos de refundição, um molde de um eventual machado de tipo Bujões/Barcelos, além de artefactos metálicos.

Também é possível admitir a existência de uma produção local de artefactos áureos atendendo a que a composição química dos achados da região<sup>2</sup> revelaram que estes foram efectuados em ouro de aluvião, existente nas margens do Cávado

<sup>1</sup> Terminologia que correspondente a parte do Bronze Antigo e à totalidade do Bronze Médio, da nomenclatura tradicional.

<sup>2</sup> Ver listagem em A. Bettencourt (1999).

ainda no tempo dos romanos (TEIXEIRA *et alii*, 1969; B. ALMEIDA, 1996).

Em relação ao intercâmbio, além do local, porventura seguindo os corredores fluviais que uniam o litoral ao interior, há indicadores de que a região estaria ligada a áreas continentais (de onde seriam oriundas cerâmicas de tipo "Cogeces/Cogotas I"); a áreas atlânticas (de onde seriam provenientes os machados de talão sem argolas e, eventualmente, o cobre) e a áreas meridionais (atendendo à continuação do uso do sílex, a protótipos da ourivesaria e a espadas de tipo "argárico"). Contudo, a ideia geral é a de que o intercâmbio supra-regional seria raro e muito indirecto com o Nordeste transmontano e, porventura, mais intenso com a Galiza e as Beiras (todas elas regiões intermediárias na transmissão das novidades inumeradas).

Para a caracterização do mundo **ideológico e ritual** desta fase utilizámos as sepulturas e os depósitos relacionando-os com a "totalidade do meio relevante".

Em relação às sepulturas notámos uma diversidade que se pauta pela reutilização de monumentos megalíticos (rara); eventuais estruturas cistóides no interior de povoados (ainda não devidamente comprovadas) e necrópoles de inumação em cistas rectangulares, revestidas por lajes, sem *tumulus* e apenas contendo vasos como espólio (truncocónicos, subcilíndricos, largo e médio bordo horizontal e potinhos de carena na pança). Estas últimas expressões funerárias são as mais comuns no vale do Cávado (cerca de três dezenas) e encontram-se, quer na proximidade de "jazidas", que poderão ser eventuais povoados sincrónicos, quer de monumentos megalíticos.

Partindo do princípio que "*a estruturação da vida social e económica poderá revelar-se nas tumulações*" pensamos que a sua possível invisibilidade, proximidade com eventuais povoados e localização em área de vale, poderia relacionar-se com normas de conduta ligadas à terra e com o seu valor (elemento que é preciso "fixar", demarcar, defender, trabalhar, rentabilizar). Assim, as tumulações em solo arável poderão significar uma forma de apropriação e fertilização simbólica de um determinado espaço, hipótese aceitável se existisse a crença de que os mortos eram portadores de benesses para as actividades agro-pastoris e quotidianas.

Na mesma perspectiva de J. Barret (1994) pensamos que a perda da importância do culto do ancestral, enterrado nos megálitos, poderá revelar a emergência de uma nova concepção do espaço em que, o indivíduo ou o mundo dos vivos começaria a ser preponderante. De qualquer modo, a proximidade de muitas necrópoles com monumentos megalíticos de envergadura e a sua reutilização poderá significar que os ancestrais ainda teriam uma certa importância no imaginário das populações desta fase.

Quanto aos depósitos distinguimos os relacionados com penedos dos encontrados em áreas de aluvião parecendo associar-se a zonas aquáticas. Em relação a estes últimos, interpretamo-los, hipoteticamente, como ligados a funções protectoras contra as adversidades climáticas, o que seria normal em sociedades muito dependentes de uma agricultura de sequeiro e de pasto para as actividades pastoris. Quanto aos depósitos em penedos é possível que estes ritualizassem os afloramentos onde se encontravam, numa região onde não conhecemos arte rupestre com representações de armas possíveis de serem atribuídas a este período.

Em **suma**, o registo arqueológico desta fase (quer quantitativamente, quer qualitativamente) associado a um *habitat* caracterizado por uma crescente desarboreização de carácter antrópico, deduzido por generalizações dos dados polínicos, antracológicos e paleocarpológicos do povoado da Sola IIa e IIb, Braga (1.<sup>a</sup> metade do

II milénio AC) e concordantes com os dados existentes para o Noroeste (RAMIL-REGO, 1993; RAMIL-REGO *et alii*, 1996a; RAMIL-REGO *et alii*, 1996b), permite, uma vez mais, pôr em discussão as propostas de recessão económica e demográfica que se tem defendido para o II milénio AC. Levam-nos, também, a admitir, ainda que de forma hipotética, uma nova estruturação social, económica e simbólica que passa por uma ocupação mais efectiva do espaço para actividades subsistenciais; uma maior rentabilização da actividade agro-pastoril; a colonização de novos territórios com jazidas mineiras; um maior controlo das vias de circulação fluviais e uma alteração dos códigos cognitivos e comportamentais em relação à terra que pensamos poderem ser inferidos a partir das novas práticas sepulcrais e de alguns depósitos. Todos estes dados pressupõem, enfim, uma *generalização da domesticação da paisagem*.

### 3. OS FINAIS DA IDADE DO BRONZE (EST. IV, V, VI)

O registo arqueológico para este período é mais alargado, nomeadamente no que diz respeito aos povoados. Deste modo foi possível estabelecer várias categorias de distribuição dos mesmos na paisagem: os povoados fixos, de longa duração, por vezes associados a gravuras rupestres “galaico-portuguesas” de temática abstracta<sup>3</sup>, com continuidade de ocupação para a Idade do Ferro e localizados na bordadura de grandes vales (em zonas que podemos considerar de portela entre o vale e a montanha) e os povoados de curta/média duração, localizados em outeiros de vale, colinas ou em esporões muito próximo dos vales, sem continuidade de ocupação para a Idade do Ferro<sup>4</sup>.

Estes dados vem permitir dois tipos de considerações. Em primeiro lugar, refutam o modelo de povoamento proposto por M. Martins, em 1987 para os finais da Idade do Bronze (MARTINS, 1990), onde se defendia que os povoados deste período só se encontravam em zonas altas, acima dos 200m (os povoados de tipo A) e que os restantes, nas vertentes (de tipo B) e de vale (de tipo C) seriam já da Idade do Ferro.

O que parece verificar-se é que durante os finais da Idade do Bronze já ocorrem povoados de tipo A, B e C o que, de facto, permite antecipar o modelo daquela autora.

A segunda consideração relaciona-se com a diversidade de ocupação do espaço que parece revelar um povoamento hierarquizado. Os diferentes tipos de povoados seriam complementares, ou seja, parte das populações dos povoados fixos, deslocar-se-ia para povoados de vertentes ou vales, em determinados períodos do ano. Nestes povoados de baixa altitude efectuar-se-iam, essencialmente, actividades agrícolas de curta/média duração, o que parece corroborar-se pelo facto de que quase todos os que foram escavados (Alto de S. Bento I, Alto da Cidade I, Santinha I e II), apresentarem fossas abertas no saibro que interpretámos como estruturas de

<sup>3</sup> Como é o caso da Falperra (Braga), Roriz (Barcelos), S. Lourenço (Esposende), S. Julião (Vila Verde) e, muito provavelmente, Monte da Saia (Barcelos) e S. Simão do Cossourado (Barcelos).

<sup>4</sup> Encontram-se nesta categoria os povoados do Alto da Cidade I, do Alto de S. Bento I, de Cabanas I e da Santinha I e II, todos eles escavados, assim como, eventualmente, o Crasto, Outeiro de Chascos e Susão.

armazenagem e, alguns deles, sementes (Alto de S. Bento, Santinha I e II).

Partindo do pressuposto de que não existem na Pré-História e na Proto-História espaços exclusivamente domésticos, os povoados associados a gravuras rupes-  
tres<sup>5</sup> poderiam constituir, na sua multiplicidade de significações, marcos territoriais de grande abrangência espacial e ideológica, hipotéticos centros reais e simbólicos de poder, ou, se quisermos, embriões de diferentes unidades socio-políticas o que poderia explicar a continuação destes locais para a Idade do Ferro. Esta hipótese deverá, evidentemente, ser confrontada com estudos exaustivos dos conjuntos cerâmicos (em termos decorativos e formais), entre outros dados, existentes em cada hipotético território ideológico que, com muitas dúvidas, ensaiámos através dos polígonos de Thiessen.

A terceira consideração relaciona-se com o processo de sedentarização, que parece ser mais efectivo durante este período do que no precedente, o que estará, certamente, relacionado com uma maior intensificação e complexificação económica.

Em relação à **economia** podemos tirar várias ilações. Os dados paleoecológicos, como os polínicos, paleocarpológicos, antracológicos e arqueozoológicos, existentes nos povoados do vale do Cávado, revelam uma maior estabilidade do que no período anterior, continuada sedentarização e antropização do meio ligada à agricultura e ao pastoreio. Revelam, igualmente, uma agricultura entre cereais de Verão e de Inverno, semeados, provavelmente, em rotatividade com leguminosas e crucíferas e, também, a existência de rebanhos de ovicaprinos, bovinos e suínos<sup>6</sup>.

A distribuição dos povoados na paisagem, as suas características internas e os ecofactos levam-nos a admitir a existência de uma agricultura de planalto (centeio e trigo) em combinação com a de vertente baixa ou início do vale (milho miúdo, favas, ervilhas e couves), o que teria permitido, em associação com a pastorícia, a pesca e a recollecção, uma maior estabilidade alimentar, demográfica e de assentamento.

Quanto ao intercâmbio este parece ter sido essencialmente local, associado a acções da vida diária, no âmbito do qual se daria a deslocação do estanho, eventualmente do sal e de determinados recursos litológicos, entre outros. No entanto, ocorrem, com mais frequência do que na fase anterior, novidades de origem supra-regional (artefactos em cerâmica, vidro, bronze e ferro; técnicas, como a fiacção e o método da cera perdida; rituais de enterramento, como o da cremação e a eventual adopção da arte rupestre "galaico portuguesa") que inserem o vale do Cávado na rede supra-regional de contactos entre o mediterrâneo e o atlântico e que, embora de forma lenta e, provavelmente assimétrica, parecem ter tido importância na adopção de novos costumes, nas alterações da vida diária, o que se reflecte, naturalmente, numa nova geografia de poder.

---

<sup>5</sup> As gravuras rupestres do vale do Cávado são todas de temática abstracta e encontram-se sempre afastadas de contextos do Bronze Antigo e Médio. Pelo contrário, associam-se espacialmente com povoados dos finais da Idade do Bronze e dos inícios da Idade do Ferro, situação que parece manter-se nas regiões vizinhas do Cávado. A conjugação destes factores torna plausível a hipótese destas gravuras poderem ter sido usadas durante estas fases (BETTENCOURT, 1999). Também é verdade que faltam inventários e projectos sobre a arte rupestre do Entre-Douro-e-Minho cujo desenvolvimento permita infirmar ou confirmar as nossas ilações para a bacia do Cávado.

<sup>6</sup> Consoante os dados recolhidos nos povoados de Alto de S. Bento I, Santinha I e II e S. Julião Ia, Ib e Ic (BETTENCOURT, 1999).

Em relação à **sociedade**, admitimos que, em comunidades agrícolas e sedentarizadas, os grupos familiares tenderão, certamente, a uma maior diferenciação vertical através da construção de linhagens e de transmissões de práticas e de conhecimentos, ou seja, das histórias próprias de cada família, passadas de forma hereditária, conforme nos ensina a antropologia. No entanto, durante os finais da Idade do Bronze é muito possível que esta nova forma de diferenciação tenha coexistido, em simultâneo, com formas de diferenciação horizontal, baseadas no género, na idade, nos conhecimentos, entre outras.

As bases de alguns “grupos de poder”, dificilmente se desvinculariam da posse e controlo da terra, do número de cabeças de gado, da possibilidade de controlo das vias principais de circulação e, nalguns casos, do controlo da extracção, produção e circulação de recursos mineiros, metálicos ou não. Atendendo a que a distinção entre acções de âmbito económico e ideológico se pode considerar redutora em sociedades pré-modernas, é de crer que tais grupos também estivessem vinculados a conhecimentos sobrenaturais, o que poderia explicar a presença de gravuras rupestres em alguns povoados com continuidade de ocupação e situados nas encruzilhadas de grandes vias.

No âmbito do mundo **ritual** notámos o desaparecimento do fenómeno da inumação e o “aparecimento” da cremação, quer em estruturas pétreas frustes dentro de povoados (Santinha I) (BETTENCOURT 1997), quer no interior de grandes recipientes cerâmicos (Granjinhos), a inaugurar um ritual que se perpetuará pela Idade do Ferro.

#### 4. A TRANSIÇÃO DA IDADE DO BRONZE PARA A DO FERRO

A transição da Idade do Bronze para a do Ferro, não parece pautar-se por grandes alterações, nem na distribuição dos povoados no espaço, nem nas estruturas dos mesmos. Deste modo, esta etapa caracteriza-se por uma “matriz” de ocupação do espaço que parece emergir desde os finais da Idade do Bronze. É assim que verificamos a pervivência de povoados fixos, com continuidade de ocupação para a Idade do Ferro, em zonas de esporão, alguns deles com gravuras rupestres; bem como a de povoados de curta/média duração e que ocorrem de raiz, quer em vertentes baixas, perto dos vales fluviais (S. João de Rei I), quer em outeiros de grande altitude (Monte de Vasconcelos).

Tal como defendemos para a etapa anterior, esta diversidade é entendida como reflexo de um **povoamento** que, apesar de disseminado, estaria integrado numa rede em que vários povoados são subsidiários de outros que lhes estão próximos. Neste cenário, os povoados fixos, com gravuras rupestres, poderiam ter continuado a funcionar como centros habitacionais e cerimoniais de unidades socio-económicas mais alargadas, onde se realizariam rituais com funções aglutinadoras e transmissoras de estabilidade e coesão social, entre as diferentes sub-comunidades existentes num território considerado comum, em termos espaciais e cognitivos.

Os povoados de altura, de curta/média duração, poderiam ligar-se a actividades associadas à pastorícia e à agricultura estival e os de vale seriam mais vocacionados para a agricultura, atendendo às especificidade de cada categoria.

Em termos **económicos** é costume defender-se para este período e inícios da Idade do Ferro do Noroeste português um retrocesso económico, que se caracteri-

zaria por uma diminuição da agricultura, um aumento da recollecção, uma recessão da metalurgia do bronze e um enfraquecimento do intercâmbio supra-regional.

Contudo, no vale do Cávado e em relação às práticas agro-pastoris, estão patentes indicadores polínicos, paleocarpológicos e antracológicos, de um aumento da produtividade agrícola e, eventualmente, pastoril.

Também aumentaram os indicadores de intercâmbio à distância em termos artefactuais (cerâmica estampilhada, ática, fíbulas de tipo Santa Luzia, objectos de ferro); matérias-primas (sílex e chumbo); técnicas (metalurgia ternária do bronze) e géneros (possível introdução da aveia domesticada), cuja adopção estará certamente ligada a melhorias no sistema agro-pastoril.

Do mundo meridional poderiam ser oriundas a maioria das inovações, mas o chumbo e a metalurgia ternária poderão ser apotações do mundo atlântico, principalmente da Galiza onde o chumbo existe de forma abundante e os bronzes chumbados são mais antigos, tendo em conta os dados de Torroso (Pontevedra).

Ocorrem, igualmente, indícios da continuação da prática da metalurgia do bronze e a manutenção, senão mesmo, maior diversidade de artefactos deste metal, o que encontra paralelos no vale do Ave e do Coura, à medida que novos povoados vão sendo escavados (DINIS, 1993/1994; SILVA, 1995/1997).

Assim sendo, não cremos que este período se possa considerar de empobrecimento das práticas agro-pastoris, de recessão da metalurgia do bronze e de isolamento face ao mundo exterior.

Em relação ao "empobrecimento" do espólio cerâmico em termos formais, este parece compensado por uma maior diversidade de técnicas e temáticas decorativas, pela introdução e generalização de novas formas e técnicas de fabrico, características que, ao contrário de um maior isolamento das sociedades, poderá revelar a adopção de códigos de conduta mais "padronizados". Deste modo, esta alteração poderá justificar-se mais no âmbito de mudanças de foro social do que económico, embora estes domínios não possam encarar-se como compartimentos estanques.

Em termos **sociais**, a grande continuidade entre a etapa anterior e esta existente abona a favor de uma sociedade que, lenta e progressivamente, vai afirmando a diferenciação vertical. Tal premissa passa pela aceitação de que a transmissão das práticas e dos conhecimentos se faria de forma hereditária, dentro de um grupo restrito e coeso. Com base neste pressuposto tentámos identificar, ainda que grosseiramente, alguns grupos diferenciados. Deste modo, considerámos possível a existência de oficiais de rituais seculares que transmitiriam, de forma restrita, os conhecimentos associados aos símbolos, aos ritos e ao mundo sobrenatural; de metalurgistas, actividade que cremos especializada e de um grupo cada vez mais ligado às actividades subsistenciais e que constituiria a maioria da população.

A diferenciação social não se basearia, ainda, no controlo individual dos meios de produção, mas no prestígio familiar, no género, na idade e nos conhecimentos, eventualmente a comprovar o que diz Estrabão para o séc. II a. C., quando afirmava que os povos da Idade do Ferro se sentavam e comiam consoante a idade e dignidade.

Quanto ao mundo **ritual** podemos dizer que parecem permanecer os depósitos metálicos nas águas e os caldeiros em bronze, talvez a perpetuar actos cerimoniais já existentes desde os finais da Idade do Bronze. Parecem continuar, ainda, os santuários rupestres que, desde a fase precedente, poderão constituir locais, cuja dimensão social se associaria a uma dinâmica de tipo integrador.

## 5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE ENTRE OS FINAIS DO III AOS MEADOS DO I MILÉNIO AC NA BACIA DO CÁVADO

Como é do conhecimento geral, a utilização de conceitos de continuidade e de descontinuidade resultam apenas da necessidade do investigador em fragmentar o processo histórico.

É também do conhecimento geral que existem duas categorias de conceitos ou critérios: os que evidenciam os fenómenos de longa duração e os que tornam mais visíveis os fenómenos de temporalidade curta.

Se optarmos por valorizar **critérios** perceptíveis em **temporalidade curta** como as formas, técnicas e organizações decorativas da cerâmica e a tecnologia e morfologia dos objectos metálicos, obviamente encontramos **descontinuidades** no registo arqueológico entre as fases que designámos por Idade do Bronze, Finais da Idade do Bronze e Ferro Inicial. Foram também estes critérios que permitiram fasear os cerca de 1500 anos estudados nas duas grandes etapas usadas no âmbito deste trabalho e perceber que a última, ou seja, a Transição da Idade do Bronze para a do Ferro, carece de maior individualização. Pelo contrário, se privilegiarmos os **critérios de longa duração** ou as tendências seculares como: os meios de subsistência; as técnicas agrícolas; as estruturas habitacionais e as estruturas ideológicas e rituais, o registo arqueológico parece acusar um maior número de **continuidades** entre a Idade do Bronze e os Finais da Idade do Bronze e, entre esta fase, e os inícios da Idade do Ferro. Referimo-nos, a título de exemplo, os aspectos económicos que parecem pautar-se por uma intensificação e complexificação crescente.

Apesar das dificuldades em conjugarmos estes dois tipos de critérios foi possível, em termos dos processos de longa duração, encontrar também algumas descontinuidades que parecem fundamentar melhor a nossa periodização, nomeadamente no que diz respeito à Idade do Bronze e aos Finais da Idade do Bronze. Referimo-nos, particularmente, a alguns critérios de âmbito ritual e ideológico como o aparecimento nos Finais da Idade do Bronze, de novos rituais de tumulação, do uso de novos artefactos nos depósitos metálicos e no eventual desenvolvimento de um "estilo" de arte rupestre.

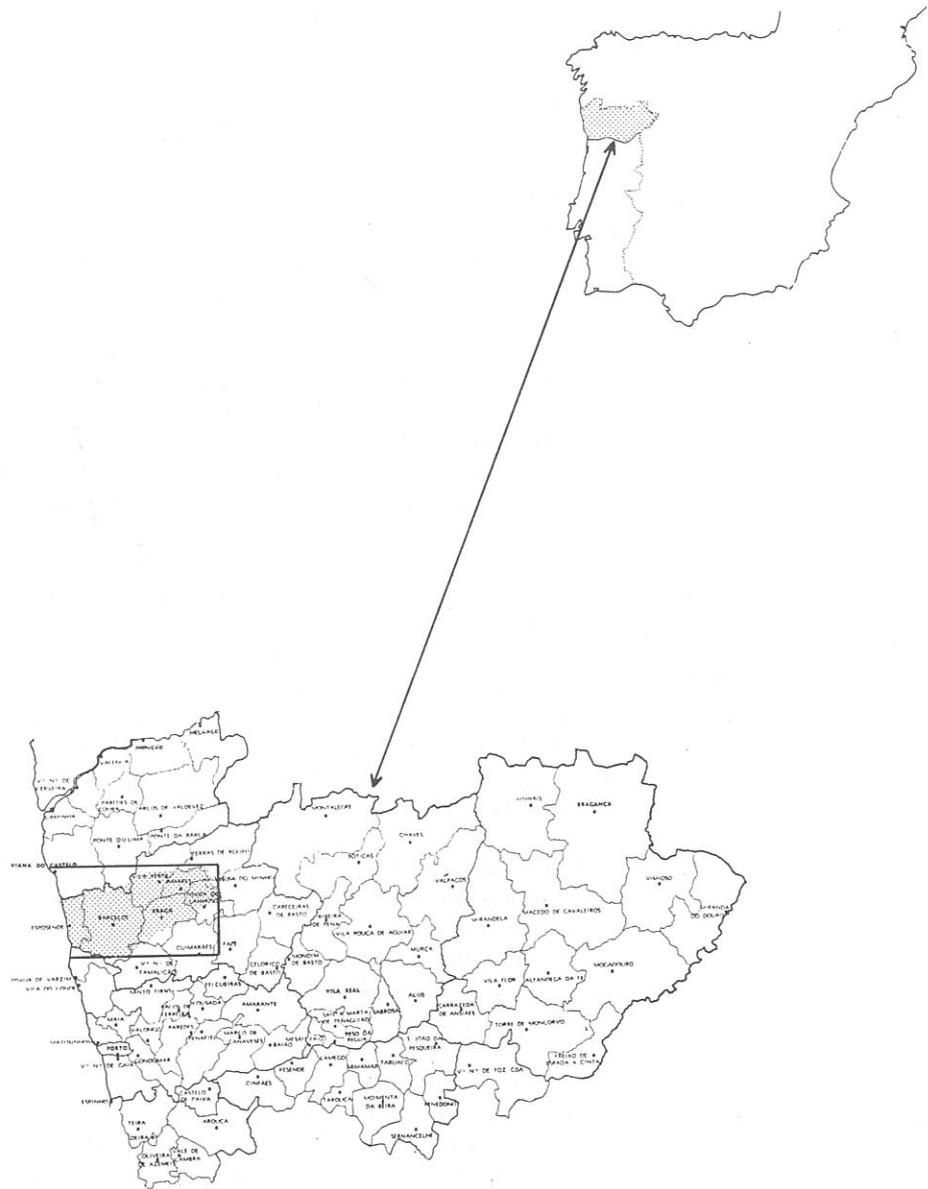
Perante o exposto assumir continuidades e descontinuidades entre as duas fases da Idade do Bronze consideradas corresponde em última análise, ao resultado de uma atitude assumida pelo investigador que lidera o processo de investigação, ou seja, a uma opção metodológica na medida em que lhe cabe privilegiar um ou outro tipo de critério no âmbito de cada trabalho desenvolvido.

### BIBLIOGRAFIA

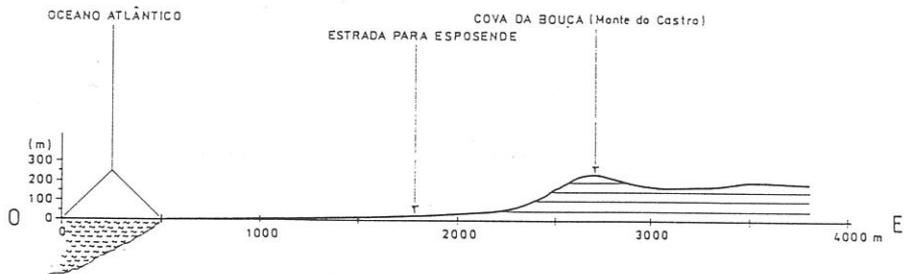
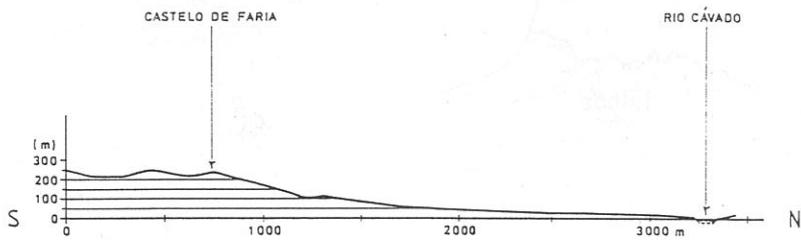
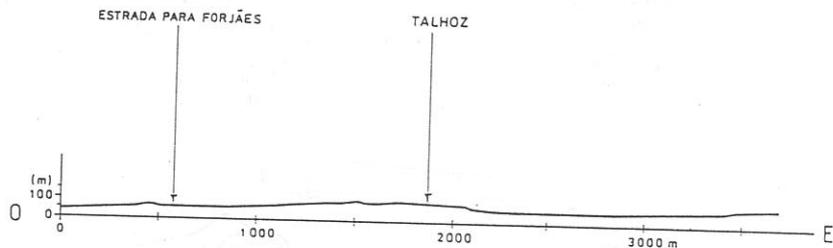
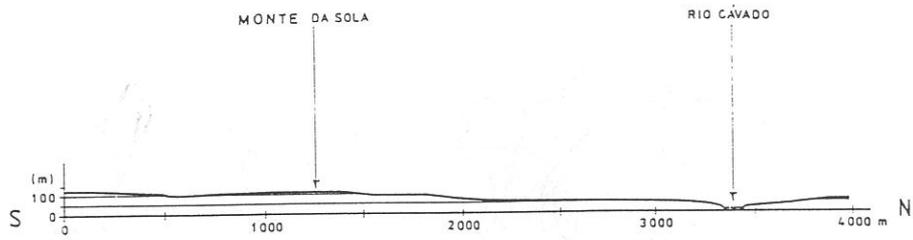
- ALMEIDA, Carlos A. B. (1979), Salinas medievais entre Cávado e Neiva, *Bracara-Augusta*, 33 (75-76), Braga, pp. 391-401.
- ALMEIDA, Carlos A. B. (1982a), Castelo de Faria. Campanha de escavações de 1981, *Revista de Barcelos*, 1 (1), pp. 79-88.
- ALMEIDA, Carlos A. B. (1985a), Castelo de Faria - 1982, *Informação Arqueológica*, 5, pp. 50-51.

- ALMEIDA, Carlos A. B. (1985b), Castelo de Faria – 1983, *Informação Arqueológica*, 5, pp. 51-52.
- ALMEIDA, Carlos A. B. (1996), *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto (Policopiada).
- ALMEIDA, Carlos A. B. & SOEIRO, Teresa (1980), Sondagens nos castros de Abade de Neiva e Roriz (Barcelos, 1978), *Actas do Seminário de Arqueologia*, Guimarães, pp. 29-35.
- BARRET, J. (1994b), *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain, 2900-1200 BC*, Ed. Blackwell.
- BETTENCOURT, Ana (1997), Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste Peninsular, *Actas do II Congreso Peninsular de Arqueología*, vol. 2 (Zamora 1996), pp. 621-632.
- BETTENCOURT, Ana (1999), *A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénio AC*, Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (Policopiada).
- BETTENCOURT, Ana & SANCHES, M.<sup>a</sup> Jesus (1998), Algumas questões sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminário de Sargadelos – 77, Corunha, pp. 13-45.
- DINIS, António (1993/1994), Artefactos em bronze do Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Abordagem aos métodos de análise em paleometalurgia, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 181-201.
- MARTINS, Manuela (1990), *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia – Monografias 5, Braga.
- RAMIL-REGO, P. (1993), Evolución climática e historia de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico, A. Pérez Alberti; L. Guitian Rivera & P. Ramil-Rego (eds) *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, Ed. Xunta de Galicia, pp. 25-60.
- RAMIL-REGO, P.; Castro, M. T. Taboada; Díaz-Fierros Viquera, F. & Aira Rodríguez, M. J. (1996), Modificación de la cubierta vegetal y acción antropica en la región del Minho (Norte de Portugal) durante el Holoceno, P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena – Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 199-214.
- RAMIL-REGO, P.; Dopazo Martínez, A. & Fernández Rodríguez, C. (1996b). Cambios en las estrategias de explotación de los recursos vegetales en el Norte de la Península Ibérica, *Férvedes*, 3, Lugo, pp. 169-187.
- SILVA, M. Fátima (1995/1997), O povoado fortificado de Cossourado: relatório da primeira campanha de escavações (1993), *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, pp. 39-57.
- TEIXEIRA, Carlos; MEDEIROS, A. C.; ALVES, C. A. & MOREIRA, M. M. (1969), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 5-C. Barcelos*, Ed. S. G. P., Lisboa.

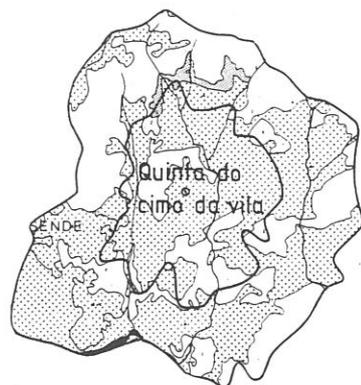
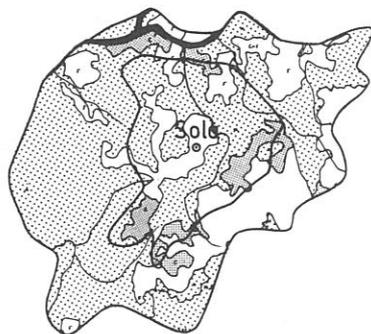
Est. I



*Localização do vale do Cávado no Norte de Portugal.*

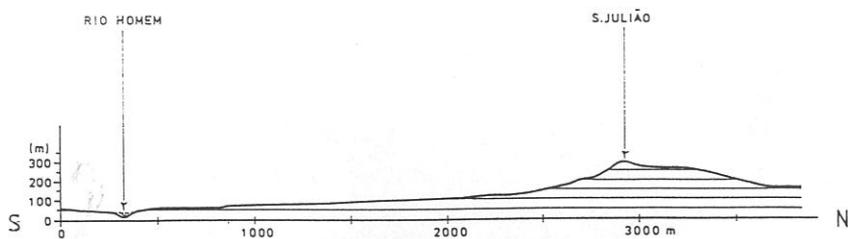


*Perfis topográficas das estações arqueológicas da Idade do Bronze.*

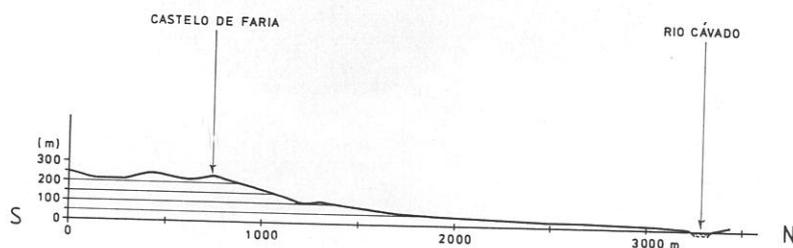


Escala: 1/150.000

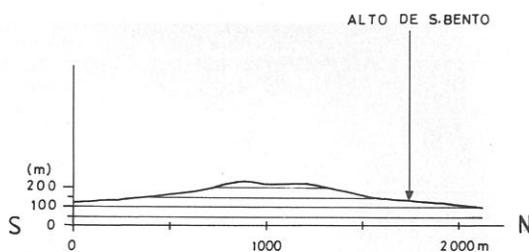
*Estações arqueológicas da Idade do Bronze, face à capacidade e uso dos solos.*



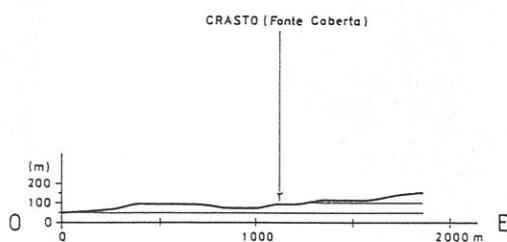
1



2



3



4

*Perfis topográficos das estações arqueológicas dos finais da Idade do Bronze: povoados fixos (1 e 2) e povoados de curta/média duração (3 e 4).*



# CARTA TOPOGRÁFICA E HIDROLÓGICA DA BACIA DO MÉDIO E BAIXO CÁVADO

(POLÍGONOS DE THIESEN)

Territórios potenciais dos povoados com gravuras rupestres e eventual  
continuidade para a idade do ferro

